

A União Cívica, os seus intuitos e os seus métodos

A memória dos espíritos reformadores que precederam a administração pombalina, como D. Luís da Cunha, condes de Castelo-Melhor e Ericeira, Alexandre de Gusmão, Jacob de Castro Sarmiento, Mendes de Vasconcelos, Severim de Faria, Marco António de Azevedo, Bartolomeu de Qental, Ribeiro Sanches, Verney—homens de quem Pombal não esteve à altura—consa gro esta pequenina, desvaliosa palestra para gente môça.

Convidado pela *Seara Nova* para fazer aqui uma palestra, destinada à gente môça, aos rapazes (estudantes e não estudantes) formei o projecto de tomar para isso um tema restrito de pedagogia, e fazê-lo discutir pelos assistentes, limitando-me a ser, digamos assim, como que o director dêsse debate.

À última hora, porém, uma parte do possível auditório manifestou desejo de que eu falasse sôbre um tema de maior âmbito: sôbre a crise portuguesa e os métodos de a debelar. Mas isso, senhores, é o problema da União Cívica; é dos seus métodos, portanto, que eu tenho de tratar agora.

Notarei, antes de tudo, que fomos recebidos com simpatia. Assim devia ser; no nosso país, porém, podja não ser assim. Agradecemos, pois, ao público de Domingo, bem como à imprensa portuguesa, a amistosa atenção com que nos ouviu.

Aparecem, no entanto, objecções — aos nossos intuitos, aos nossos métodos, às probabilidades do nosso êxito. É a essas objecções que vou responder; menos às fórmulas particulares delas (seria longo e dispersivo) do que ao espírito, à atitude mental de que procedem.

*

Indo à raiz, e não ao fruto, começo já por uma objecção que se não formula em termos lógicos, que é uma simples atitude da alma; uma objecção de que não surge ainda o

aspecto extremo e intensivo, mas que decerto despontará assim: a atitude do scepticismo; e, na fórmula aguda,—a atitude de dizer gracinhas.

Uma das características do português moderno é a falta de espírito crítico; abunda muito, em compensação, o espírito *de critica*; e sobretudo a piada crítica. Temos vergonha, todos nós, de tomar a sério certas cousas (viciosa vergonha, como diria o clássico) e receamos a troça que os outros nos façam, até quando os outros (ou outras) sejam pessoas de quem todos troçam. Eu laracho, tu larachas, êle laracha,—todos laracham neste vale de lágrimas. A troça virá.

Que venha. Mas cautela! Quem sofrerá com a pilhéria? Nós, particularmente? De maneira nenhuma. Gostamos até de uma boa piada; e, se fôr preciso, podemos frêchar os adversários: temos também pessoas de espírito. Não; quem sofre é o país; são os próprios senhores trocistas.

Não sei, senhores, donde nos vem êsse mau costume. Sei, porém, que os grandes escritores da geração de 70 (Eça de Queiroz, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, etc.) — nós deram a moda das frases de espírito. Mas outro escritor da mesma época, que foi um génio e um vidente, Antero de Qental, disse-lhes que a moda era perigosa, tanto para êles como para nós, as gerações que se seguiram, e hoje são vítimas, em grande parte, do muito espírito que quiseram ter.

Eis as palavras de Qental:

«Receio um tanto que a espirituosa purée de epigramas e

ditos, que há algum tempo nos cozinha a nossa elegante literatura, venha mais tarde, de aqui por alguns anos, a reconhecer-se pouco substancial, e até causadora de certa anemia moral. O riso é um dissolvente, não é um remédio. O riso amolece, relaxa, e acaba por tornar imbecis aqueles mesmos que o empregam contra a imbecilidade alheia. Andando-nos a rir continuamente uns dos outros, na virtuosa intenção, ao que parece, de nos corrigirmos e reformarmos mutuamente, e afinal temo que não façamos senão relaxar-mo-nos uns aos outros cada vez mais».

Antero, como vêem, teme-se mais pelos trocistas do que propriamente pelos troçados,—e porisso mesmo eu citei a página. Ouvi de Antero, amigos,—a quem não faço comentários. E percebeis porquê.

Já alguns ilustres jornalistas (elogiando-nos muito, aliás, as nossas ideias e intenções, pelo que nos confessamos muito gratos)—quiseram significar que somos quiméricos (é sempre assim: quem não é idealista—é videirinho; e quem não é videirinho—é logo quimérico)—e caíram logo nessa balda de fabricar pilhéria. Um, do nosso Apêlo à Nação fez trocadilho de muito chiste: *ao pêlo da nação* (achámos magnífico!); e outro, menos engenhoso neste caso, mas mais gráfico, classificou-nos desta forma: *aeroplano nacional*.

A ambos agradecemos, repito, não só os elogios às nossas pessoas, mas o bom humor com que nos trataram; mas queremos fazer alguns reparos.

Ambos reconhecem, de forma explícita, o excelente das nossas ideias, o levantado dos nossos intuitos: mas atiram às nossas asas com a artilharia aérea da sua graça, e anunciam com alacridade a queda próxima do aeroplano.

É bom,—mas atiram-lhe; é pena que caia, mas atiram-lhe. Não percebo, na verdade, a lógica íntima de tal proceder. Não compreendo, sobretudo, o triunfo e a alacridade. Se as ideias (na maioria, pelo menos) são excelentes; se são magníficas as intenções—; porque se alegram com a nossa queda? Se cairmos, com efeito,—para quem será maior transtorno? Para nós,—ou para os outros? Os críticos falam, senhores, como se pisassem terra firme, e não participassem dos nossos males. Mas se vier um dia o terramoto,—talvez quem anda sobre a terra sólida sôfra mais tombo que quem vai no ares.

Aí tendes a primeira crítica. Vamos a outra; ou melhor: voemos a outra—porque a crítica também anda no ar.

«Dentro de semanas»—disseram-nos já—«havemos de vêr em que tudo isso pára.»

Não perceberam o nosso espírito. Trata-se agora de infundir ideias. As ideias, senhores, são como tantos animais, que passam a dormir o inverno inteiro. Parecem mortos. Um dia o ambiente aquece—e eles acordam, mexem-se, aninham com a sua vida o canto do mundo que os viu nascer. Quando aquêcerá o ambiente? Não sabemos. De aqui a semanas? Talvez. Mas talvez de aqui a anos. Só desejamos que não aqueça de mais. Para nosso bem—e dos críticos.

Voemos a outra. «É um programa como os restantes; é um programa como o dos partidos».

Não é. Os programas dos partidos são cousas vagas, abstractas, onde cabe tudo. Peixe e carne; nem peixe nem carne: qualquer cousa. E porquê? Porque assim tem que ser, necessariamente, quasi sempre. Convém aos partidos serem numerosos, logo de início, conciliando para isso os interesses materiais mais antagónicos. O laço espiritual que os

agrega são paixões, e não ideias: sentimentos conservadores, sentimentos radicais, sentimentos populares, sentimentos aristocráticos, sentimentos religiosos, sentimentos de ateísmo,—e assim sucessivamente. Nesses sentimentos podem unir-se todos os interesses e profissões; podem unir-se todos os abusos, todas as ambições, todos os vícios. Mal se chega a precisar ideias, porém, surgem logo as divergências, pelos interesses imediatos, directos, de cada indivíduo particular (só o interesse mediato é que coincide com o da Nação). Para ser numeroso, portanto, deve o partido ficar no vago; ora o homem partidário tem interesse pessoal, material, em que seja numeroso o seu partido. Precisar problemas, portanto,—só os momentos de crise aguda em que a necessidade se impõe a todos. Ora a crise portuguesa não está ainda tão visível que todos aceitem um sacrifício. Os partidos, portanto, ficam no vago. Connosco não sucede o mesmo. Se fôrmos numerosos desde o princípio, tanto melhor—mas para a Pátria; nós, individualmente, não ganhamos nada com isso. Não sacrificamos as ideias pelo desejo de ganhar amigos.

Quereis a prova? Se o nosso programa é como os outros, digam-nos então os amáveis críticos quais são as opiniões de qualquer partido sobre os pontos concretos em que nós tocámos. Por exemplo: os métodos que preconizam para povoar o Sul do país; para forçar o aproveitamento da grande propriedade que pode dar mais; para mudar as práticas tradicionais da agricultura portuguesa; para tirar energia eléctrica dos cursos de água do território; para redigir convenientemente os programas dos nossos liceus; para livrar a instrução pública do grande garrote em que está metida.

Os métodos concretos para tudo isso, e outras cousas, estão indicados no nosso Apêlo. Mas digam os críticos onde isso está nos programas dos partidos. Habituem-se os rapazes de hoje a não dar crédito a quem não *prova*. E comecem por nós próprios; e quando nos suceda sermos omissoes, exijam as provas do que nós dizemos.

*

Não afirmamos, senhores, que todos os pormenores do nosso programa sejam verdades absolutas. Aquilo não é intangível. O definitivo, o absoluto, não existe. Caminha-se sempre por correcções sucessivas. Pedimos a discussão. Examinaremos os argumentos com a lealdade mais perfeita. Se houver medidas que nos provem que é conveniente modificar,—modificaremos. Presamo-nos de ter espírito crítico. O espírito crítico tem desvantagens (sobretudo na vida prática) mas tem também as suas virtudes. A mais bela, talvez, é a lealdade na discussão. Mas poucas pessoas tem espírito crítico, e poucas aceitam, portanto, a nossa atitude intelectual.

Para melhor me explicar no caso, vou-lhes contar uma pequena história.

Há domínios da politica em que é mais difícil acertar. São aqueles que mais dependem não só dos interesses dos poderosos, mas da intervenção da vontade humana. Quando preconiso, por exemplo, certa medida de pedagogia, posso caminhar seguramente. Afirmo um princípio certo, válido aqui e em toda a parte. E porquê? Porque se funda, senhores, na natureza da criança que nós não podemos modificar. Mas se quero actuar, por exemplo, em questão de preços ou de cambiais, a previsão pode sair certa; mas pode também sair errada. E porquê? Não tem a Economia as suas leis? Tem-nas, mas só na hipótese *ideal*, abstracta, de intervir unicamente os fenómenos *puros* da vida económica, o mecanismo espontâneo e inconsciente da oferta e da procura. Na *realidade*, porém,—e sobretudo em tempos de crise, em

épocas de excepção como é esta nossa — interveem os desígnios anormais dos potentados da riqueza, introduzindo no problema alguns factores *artificiais*, — mas decisivos: açambarcar, deturpar, espalhar boatos, pôr o dinheiro em outra parte, e mil outros actos da mesma ordem. Há dois anos, bastou o boato de um empréstimo para que o câmbio, que estava em 4, mais ou menos, passasse para perto da casa dos 9. Nesse mundo da finança as repercussões são infinitas; a previsão, quasi impossivel; os interesses, poderosissimos. A parte financeira de qualquer programa, portanto, é a que mais pode sofrer da critica, — tanto da boa como da má; da intellectual, como da interesseira.

Quando se redigia o nosso programa, encontrávamo-nos às vezes com uma pessoa muito distinta, jornalista inteligente, que nos disse um dia que discordava de certas medidas financeiras. Pedimos-lhe immediatamente uma discussão a tal respeito, pois não hesitávamos em modificar o que nos provasse que não estava bem (falô do grupo; porque eu, em particular, não intervinha em questão financeira, onde me julgo incompetente). Todos sabiamos que êsse ponto, *em qualquer programa*, é o mais difficil e o mais incerto.

O dito amigo, que mostrara por nós o maior interesse, e que parecia pertencer ao grupo, — não veio logo; depois veio; depois adiou, — trabalhos, occupaões, — e não pôde dar o que se pedia: uma nota concreta das objecções, para que as vissemos atentamente, aproveitando, a bem do País, as que nos parecessem ser exactas.

Anuncia-as *agora*; mas depois de publicado o Apêlo; mas em público, nos jornais. ¿Como se explica este estranho caso?

É que a nossa attitude intellectual, de perfeita sinceridade critica, é tão rara, tão difficil, — que o nosso amigo não acredita nela. Convencendo-se de antemão que iria perder o seu latim, pareceu-lhe êsse o único processo de nos trazer ao bom caminho: a reprimenda pública. Muito bem. A lambada tonifica sempre, principalmente a de mão de amigo. Se nos não convencer, — não se perde nada. Se nos convencer — ganhamos nós. Podiamos ganhar um pouco mais cedo, — mas paciência. Se errámos, emendaremos. Errare humanum est; perseverare, autem, diabolicum. Errar é próprio do homem; perseverar no erro — do diabo.

Outra critica: ¿porque não entramos num partido? Já dos partidos perguntaram isto. A esta critica, senhores, pode responder-se com um dilema: ou o partido, subindo ao poder, adopta o nosso programa — e ser-lhe hemos tão aliados que é como se fossemos partidários; ou não adopta — e é absurdo, nêsse caso, pedir-nos o nosso ingresso. Estaremos com o partido que adoptar as nossas insígnias.

*

Voemos a outra. Em lugar de um programa vasto, — porque não um programa restrito? ¿Um programa, por exemplo, de combate à carestia da vida? São as precisas palavras de um jornalista dos mais illustres. Mas é isso, senhores, precisamente o que lá está. O crítico amável esquece uma coisa: que a carestia da vida, que nos assoberba, não é um fenómeno isolado, sem causas, sem bases, sem ligações, com *uma* única raiz. A vida está cara, — porque, senhores, produzimos menos que o necessário em substâncias alimentares, em matérias primas fundamentais, — o que, pelo excesso da importação, desvaloriza a nossa moeda e faz encarecer todas as coisas; a vida está cara — porque compramos muito carvão, a preços altos, o que faz encarecer todas as coisas que se produzem com o dito carvão nas

offinas do nosso país: a vida está cara — porque compramos em demasia certos productos de puro luxo; a vida está cara, — porque não aproveitamos as sucatas e não produzimos maquinaria (sobretudo maquinaria agrícola) na proporção que podia ser; a vida está cara — porque os métodos de trabalho rendem menos do que no estrangeiro; a vida está cara, — porque o transporte das mercadorias é mais caro do que convém: — e assim sucessivamente.

A vida está cara — por certos defeitos da técnica agrícola e do arranjo agrário no nosso solo; pelo *não* aproveitamento da força hydraulica dos nossos rios; pelos processos — nocivos, e muitas vezes bárbaros — de tributar, de commerciar, de financiar, de nos divertirmos; pelo mau rendimento do trabalho, que é um problema de pedagogia; pelo mau equilibrio dos diferentes misteres, que também depende da educação. A vida está cara, em resumo, — por virtude de *todos* os defeitos — políticos, administrativos, económicos, financeiros, mercantis, morais e pedagógicos — da sociedade portuguesa. *Todas* as actividades de um país veem influir na questão económica. Para diminuir o custo da vida, de maneira sólida e eficaz, é preciso mexer em tudo, — em tudo que lá está, no programa que apresentámos. Peço aos illustres jornalistas; aos escritores proficientes; aos criticos eminentissimos, — que não pareçam esquecer, nunca mais, esta elementarissima verdade.

*

Mas não levemos as cousas ao trágico. Sobretudo — procuremos não ser injustos. Um escritor politico tão distinto não desconhece essa verdade, nem finge tão pouco que a esqueceu. Quando um jornalista reprova um homem não quer dizer que discorde dêle. Pôde ser, simplesmente, falta de assunto, com a necessidade implacavel de encher as páginas do jornal, todos os dias, excitando a pimenta o paladar do público. Eça de Queiroz descreveu o transe, numa página que lhes vou ler:

«Eu conheço a situação: é medonha. Na véspera tem-se dito ao director do jornal, apertando-lhe ferventemente a mão, e com a voz a tremer: — Palavra de honra, menino. Pela minha vida, que tens lá o artigo; além d'amanhã, às nove horas. Eu sou incapaz de te comprometer! Juro-t'o pela alma de meus filhos... Boa noite. Lá o tens!

«Depois, naturalmente, como você sabe, não se pensa mais no artigo. Mas, cruel destino! no dia aprazado, lá toca a campainha, lá chega, fatal, implacável, irrevogavel — o moço da typografia!

«É horroroso. Sobre tudo quando ele usa botas que rangem! Fica à espera, passeando no pátio ou no corredor; e aquele lento gêmer de solar tristes, cadenciado e acusador, alucina!

«E cá no nosso gabinete, que pavorosa luta! As cinco tiras de papel ali estão sobre a mesa, lívidas, irónicas, vazias: e é necessário enchê-las todas, d'alto a baixo, com cousas extraídas do nosso interior.

«É trágico. A parte da carcassa humana a que se recorre primeiro é naturalmente o crânio, depósito de ideas, impressões, adjectivos e theorias; aperta-se o crânio nas mãos frementes; sacode-se o crânio como uma velha algibeira: nada sai do crânio. E as botas, ao longe, a ranger!

«Maldição! Recorre-se então ao peito, asilo dos affectos, dos sentimentos generosos. Talvez de lá saia um canto, um grito, uma apóstrofe. Arranha-se convulsivamente o peito; bate-se desesperadamente no peito como numa porta fechada: o peito fica mudo como o crânio. E as botas, ao longe, a ranger!

«Inferno! E então os crentes rezam à Virgem Maria; os ateus invocam a morte, a doce aniquilação na matéria; os mais violentos pensam em atrair o moço da tipografia com palavras doces, cortá-lo aos pedaços com uma navalha de barba, esconder os fragmentos na sargeta doméstica. E as botas, lá no fundo, irónicamente rangem.

«Ah, meu caro amigo, veem de aí as cãs precoces. Sabe você o que eu fiz, numa destas agonias, sentindo o moço da tipografia a tossir na escada, e não podendo arrancar uma ideia, — do crânio, do peito ou do ventre? Agarrei ferozmente da pena e dei, meio louco, uma tunda desesperada no bei de Túnis.

«No bei de Túnis? Sim, meu caro amigo, nêsse venerável chefe de estado, que eu nunca vira, que nunca me fizera mal algum, — e que creio mesmo que já tinha morrido. Não importa. Em Túnis há sempre um bei. — Arrasei-o.»

Aqui estamos, senhores: nós somos o bei de Túnis. — Mas sentimo-nos gratos a quem nos arrasa — porque nenhum conseguiu esconder, na sua crítica, uma íntima simpatia, enternecida contemplação; pois se percebe (percebe-se bem) que é sómente por condições fortúitas, superficiais (ou interesses criados, ou posições adquiridas, ou, sobretudo, partidarismos — já antigos) que se não encontram na nossa hoste; que o melhor das suas almas lhes balbucia: «que pena, que pena não estar com êles!», — de maneira que o único (como direi?) um pouco ácido, é o que acaba por nos dizer: «vinde para nós!»

Outra crítica.

Das pessoas que estão presentes, e nos dão a honra de nos ouvir, não sei se algumas disseram já, com espirito de crítica: «lá vêem estes com mais discursos. Actos é que se querem, e não palavras!» — É a este argumento, senhores, que quero responder com mais minúcia, lembrando as fases e condições de uma acção política fecunda. — A minha resposta, como vão vêr, reduz-se a virar o bico ao pregão.

A acção política tem 3 fases. Os actos da *primeira* fase — estamos-nos nós a praticar. O acto da *segunda* não compete a nós. A quem pois? A vossas excelências. Actos, e não palavras, podem dizer-nos os nossos críticos. E nós respondemos: actos, e não inércia, senhores cidadãos de Portugal. Ora vejamos.

A indivíduos que não estão no poder, em matéria de acção política há duas espécies de actos possíveis: ou actos de propaganda, para preparar um governo melhor (dêles próprios ou de outros homens, a quem êles convençam das suas ideias); ou actos *revolução*, para êles mesmos governarem depois.

Qual destas espécies desejam os críticos?

Actos de propaganda? É o que fazemos. Actos de revolução? São actos de revolução que os criticos querem?

Na *União Civica*, senhores, há ingredientes que bastem para fazer uma *revoluçãozinha*. Não parece, — mas há. Os criticos, porém, seriam os primeiros a exclamar: «Credo! Não é isso o que se deseja!»

Pois não é. Não é isso o que se deseja. Nem os criticos nem nós. É portanto a propaganda, para que cheguem ao governo as ideias que preconizamos.

As ideias, digo, e não os homens.

Os membros da *União Civica* não ambicionam ser ministros. Nem admira: idiota seria, nesta época, quem ambicionasse essa vaidade. Desejam unicamente que alguém

ponha em execução as ideias que enunciaram. Mas se fôr necessário pegar no leme, não rejeitam essa hipótese, para aqueles do grupo que tiverem mostrado, aos olhos dos outros, qualquer espécie de aptidão política, e não apenas competência técnica.

Se alguém declarasse publicamente que se deseja ser governo, haviam de dizer os senhores criticos: — «o que êles pretendem é o penacho; teem alma de ditadores; teem a pretensão de ser os únicos» (já se disse isto numa gazeta). Se se declarasse que se não deseja, — «lá fogem êles à responsabilidade; preferem ficar no palatário; gosam os touros de palanque».

O que eu disse há pouco, portanto, parece que nos livra das duas criticas; o mais provável, porém, é que nos faça apanhar por ambas.

O jornal partidário que nos acusa de ditadores, gente feia, acaba por nos dizer: isso que quereis é o que quere-mos nós; e para que se faça, bastam os partidos e o parlamento. Se assim é, — porque o não tentam? Não é um caso de opinião; não sendo partidários, não nos opomos a nenhum partido, e não temos nenhum interesse em teimar na nossa tese. Trata-se, sim, de uma questão de facto. Os partidos querem fazê-lo (ao que dizem), podem fazê-lo, — mas não fazem. Há portanto um obstáculo. Digam claramente qual vem a ser êsse obstáculo, e trabalhemos de acôrdo na remoção do obstáculo. Aconselhar-nos só: venham para cá — não adianta cousa alguma.

Reato, senhores, o fio do meu discurso. Toda acção política fecunda exige três espécies de funções: a dos pensadores, ou ideologos; a dos *políticos*, ou coordenadores; e emfim a dos técnicos treinados nas minúcias da execução. Todas as três são necessárias. Desdenhar do ideólogo, maldizer do político, revela falta de reflexão. Analogamente, toda acção política fecunda se desenvolve nestas três fases: 1.ª elaboração e propaganda das ideias renovadoras — criação da ideologia; 2.ª intervenção eficaz da *força politica* soberana (o rei, o povo, a opinião pública, etc., — conforme os casos); 3.ª execução dos planos gerais pelos políticos e pelos técnicos.

Todos sabem que a Revolução francesa foi preparada pelos pensadores: Rousseau, Montesquieu, Voltaire, e muitos outros (não discuto se bons ou maus, que não é êsse o nosso tema); depois, — intervenção da força politica: primeiro o rei, em seguida a burguesia; emfim, — os políticos executantes: os Dantons, os Robespierres, os Carnots, os Saint-Just, os Napoleões. Causa análoga em Inglaterra, para as reformas pacíficas do século xix, como a da lei dos trigos e a do sufrágio. A ideologia dos livre-cambistas succede a propaganda dos Cobdens, a energia dos meetings e depois a execução. A execução por quem? Por qualquer: as ideias dos liberais foram executadas pelos conservadores. A mesma cousa no nosso país. A tese é evidente para as nossas duas revoluções: a liberal e a republicana. Não vale a pena insistir aí. Busquemos um caso, portanto, menos evidente e axiomático. Seja a administração do marquês de Pombal.

Para muita gente, o marquês aparece súbito, todo armado de ideias próprias, num deserto perfeito pelo que toca ao pensar político, e tira tudo do seu próprio ser. Nada mais falso. Falsíssimo. Pombal, em rigor, é o simples executante de pensamentos que vinham de longe, de uma larga propaganda de ideias politicas, administrativas, económicas, pedagógicas. E com isto, note-se, eu não pretendo diminuir-lo. Bem ao contrário. Podemos criticá-lo por haver executado mal; mas criticá-lo por executante das ideias dos propa-

gandistas, — de maneira nenhuma: porque tal é a função do político. Isto não diminui o político — nem o pensador. São actividades igualmente difíceis, igualmente nobres — mas diferentes.

A divergencia entre nós e os críticos reduz-se a isto: antes de governar, convém, ou não convém, — *assentar ideas?* Ideas concretas, técnicas, sobre os ramos diferentes da pública administração? — e propagar essas ideas? Este é o ponto. Sob a monarquia absoluta, — elaboravam-se ideas, propagavam-se ideas. Hoje, com forma democrática nas instituições, — entendem os senhores críticos que é escusado fazer isto?

Reatando: Pombal foi precedido, dizia eu, de uma vasta propaganda de ideas renovadoras; esse homem foi preparado por uma pleiada enorme de reformadores da intelligência, no estrangeiro e em Portugal. Citar nomes, contar-vos a historia, levar-nos-ia muito tempo. Limitemo-nos ao essencial.

Os planos gerais de administração vinham da época de Castello-Melhor, através de homens como Ericeira, como Gusmão, até apparecerem num plano synthetico (como o Apêlo que nós lançamos) no *Testamento politico* de D. Luis da Cunha, a quem o marquês chamava seu mestre. Nesse *testamento* indicava-se ao rei, não só as reformas a empreender, mas também o homem que as executasse: Pombal. Nós não temos, infelizmente, um Pombal e recomendar; mas não podemos esperar por elle. Arranjemo-nos com a prata da casa, até que appareça o grande politico.

E com a reforma pedagogica? — Precisamente a mesma cousa. Iniciou-a, pode dizer-se, o padre Bartolomeu de Quental, ao fundar o Oratório, ali na rua de S. Felipe Neri. Nesse momento, pode dizer-se, levantou-se a primeira arma contra a pedagogia dos Jesuitas (dos últimos alumnos, como sabem, das aulas do Oratório, foi o grande Alexandre Herculano). Depois das aulas de S. Filipe, vem a polémica de Verney — batalha geral dos pedagogistas, um dos acontecimentos mais notáveis da historia do nosso país. Depois, os planos de Ribeiro Sanches, executados por bons technicos, como Francisco de Lemos e o bispo Cenáculo. As ideas estavam formadas, coordenadas, propagadas. O *Testamento politico* foi um apêlo ao rei como o nosso o é á Nação, soberano de hoje. Que faltava? Que apparecesse um instrumento politico, executando as ideas dos pensadores. Apareceu: foi o rei, aceitando a idea; foi o marquês, encarregando-se dela. Aos ideologos, portanto, compete exercer um primeiro acto: estudar. Nós estudamos. Depois — fazer a propaganda das conclusões do seu estudo. Estamos a fazê-la. Cumprimos o nosso dever: depois, que cumpram os senhores o seu. O soberano de hoje, a Nação, faça o que fez o do século XVIII, que era o rei. Ouça o nosso *testamento politico*; e como não somos D. Luis da Cunha, corrija nelle o que merece emenda. Depois — tire do seu seio o estadista que ha-de fazer o que necessário é. Nós nos poremos ás suas ordens, como os Sanches, os Lemos, os Cenáculos, os Antonios Pereiras, os Gomes, os Verneys. E se não houver os estadistas-natos, será necessário tirá-los de nós.

¿E' a vós, rapazes, que vos pedimos? Pedimos-vos enthusiasmo. Mas não só. Olhai o que disse o nosso mestre, Santo Antero: «o enthusiasmo é bom, porque eleva o espirito; mas a critica é melhor ainda — porque esclarece». Mas a critica, rapazes, que vem da intelligencia e do coração; a critica como a de Santo Antero. Não a que vem da inércia, do partidismo, ou do scepticismo. Aeroplano? — Pois seja. Sede vós, rapazes, o aeroplano nacional. Pairai no alto, que vos vejam todos. Parai no alto, para nos dar a esperanza; parai no

alto, *que precisamos de vós*: sem as ardencias da mocidade tudo é precário, tudo é caduco. Pairai no alto como as grandes aves, mas tendo sempre na vossa pupila a visão exacta do nosso rumo. Vinde — e voai!

ANTÓNIO SERGIO.